



Seu País

A propina em Pasadena

LAVA JATO O valor repartido após a compra da refinaria: 15 milhões de dólares

POR HENRIQUE BEIRANGÊ

QUANDO O TRIBUNAL de Contas da União apontou um prejuízo da Petrobras de 792 milhões de dólares, cerca de 3 bilhões de reais, na aquisição da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, parecia certo que o resarcimento jamais seria obtido por meio de ações judiciais contra os diretores da estatal envolvidos na negociação.

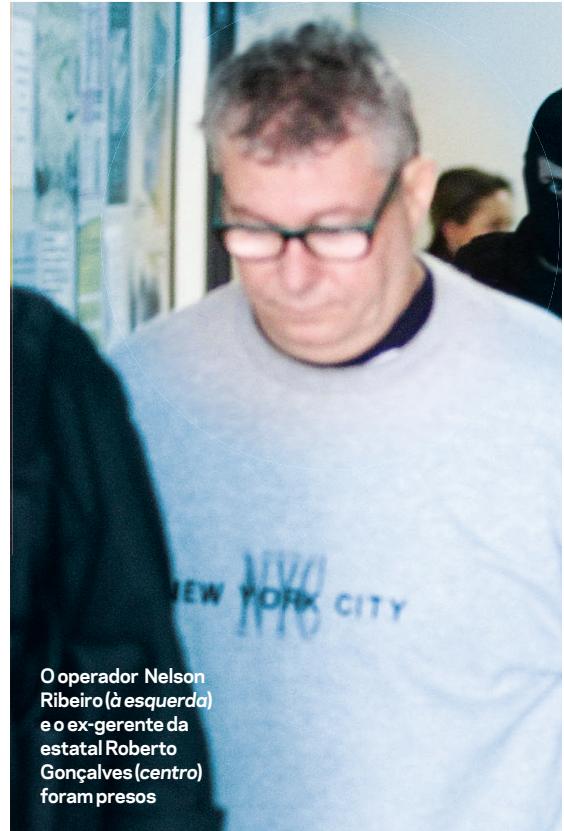
A vigésima fase da Operação Lava Jato trouxe, porém, mudança nessa perspectiva. Depoimentos de ex-diretores da companhia, agora delatores, indicam que a companhia belga Astra Oil teria pago ao menos 15 milhões de dólares em propinas para fechar o negócio. Pasadena, que custava 45 milhões de dólares em 2005, saiu por um 1,3 bilhão. Com as novas informações, o Ministério Público Federal estuda pedir a anulação do negócio em tribunais brasileiros ou mesmo no exterior.

Quem representava a Astra nas negociações foi Alberto Feilhaber, executivo que trabalhou na Petrobras até 1995, quando assumiu o cargo de vice-diretor para a América Latina na petroleira europeia. Foi ele quem ofereceu o negócio ao então diretor da Área Internacional, Nestor Cerveró. De acordo com Fernando Baiano, que teria intermediado os pagamentos, 6 milhões de dólares foram distribuídos entre Cerveró e os seus subordinados Luís Carlos Moreira, Agosthilde Mônaco, Rafael Comino e Cezar Tavares.

Mônaco, ex-assistente de Cerveró, confirmou em termo de colaboração premiada a existência do esquema. Segundo ele, Feilhaber disse que Pasadena precisava “de um banho de loja” para ser adquirida nos padrões exigidos pela Petrobras e que a refinaria havia sido adquirida pela empresa belga “na bacia das almas”. A planta estava sem manutenção, mal conservada e com problemas de segurança. Ao repassar a informação a Cerveró, o diretor teria dito que o negócio era interessante, pois ajudaria a “matar dois coelhos com uma cajadada só”.

Cerveró, segundo Mônaco, teria dito que Pasadena iria refinar o óleo do tipo Marlyn, produzido na Bacia de Campos, e ao mesmo tempo “saldaria compromissos políticos de Sergio Gabrielli”, ex-presidente da Petrobras. A refinaria passaria a ser conhecida entre os executivos do setor internacional da estatal como ruivinha, por estar muito enferrujada. Mônaco afirmou ter participado da elaboração de um relatório para a empresa no qual se informa que a aquisição da refinaria era

O Ministério Público pretende anular a aquisição da Petrobrás



O operador Nelson Ribeiro (à esquerda) e o ex-gerente da estatal Roberto Gonçalves (centro) foram presos



Pasadena gerou um prejuízo de 792 milhões de dólares, diz o TCU

vantajosa. Ele confirmou ter recebido 1,8 milhão de dólares pelo negócio.

Gabrielli disse por meio de nota que “as delações premiadas desses corruptos confessos não fazem acusações diretas a minha pessoa, sempre se referindo a ‘ouvir dizer’, ‘fulano comentou’, ‘sicrano dis-



se, e, portanto, acredito, as investigações vão concluir pela falsidade das ilações".

Também foram pagos 2 milhões de dólares ao ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa e outros 2 milhões teriam ficado com Baiano por conta do serviço. Os 5 milhões de dólares restan-

tes foram destinados a Feilhaber. Os repasses da empresa belga teriam sido ainda feitos por meio de um contrato de consultoria de fachada celebrado entre a Astra Oil e a Iberbras, empresa da qual Baiano seria representante.

A partir da Iberbras, um novo nome apareceu nas investigações: Gregorio Marin Preciado. Casado com uma prima do senador José Serra, do PSDB, Preciado é apontado pelo Ministério Pùblico Federal como outro operador do esquema e beneficiário de propinas. De acordo com a procuradoria, Baiano firmou um contrato entre a Iberbras e sua empresa, a Three Lions, para repassar propina a Preciado. A petição não detalha os motivos de o "primo" de Serra receber o dinheiro e de sua empresa ser usada para a intermediação de propinas.

Preciado integrou o Conselho de Administração do extinto Banespa de 1983 a 1987, quando Serra foi secretário de Pla-

nejamento, e teve um terreno em sociedade com o senador em São Paulo. Preciado foi alvo da CPI do Banespa por supostas operações irregulares no banco. Ele chegou a ser investigado por causa de uma dívida com o Banco do Brasil que teria sido reduzida em 73 milhões de reais, após interferência de Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-tesoureiro do PSDB. Preciado também fez doações de campanha a Serra, em 1994, para o Senado.

Nesta fase da Lava Jato foram juntados novos trechos da colaboração premiada de Baiano. O delator confirmou que o lobista Júlio Camargo doou 250 mil reais a uma igreja evangélica como parte do pagamento de propinas ao deputado Eduardo Cunha. O deputado chegou a enviar um e-mail para ele com as parcelas de propinas devidas por Camargo.

Seus negócios na Petrobras, diz Baiano, começaram durante o governo Fernando Henrique Cardoso, por volta do ano 2000. Nesse momento, conheceu o então diretor de Energia, o atual senador petista Delcídio Amaral, à época filiado ao PSDB. Naquela época, conta, havia percebido a interferência política nas nomeações da estatal. No início do governo Lula, complementa, Cerveró teria informado sobre sua nomeação para o cargo de diretor da estatal, indicado por Delcídio Amaral, pelo PT.

As negociações políticas se iniciaram em 2006. Baiano diz ter sido chamado por Cerveró para uma reunião. No encontro, o diretor da estatal teria afirmado que em uma reunião com Delcídio Amaral e Silas Rondeau, então ministro de Minas e Energia, acertou-se a necessidade de contribuir para as campanhas dos senadores Renan Calheiros, Delcídio Amaral e o atual deputado Jader Barbalho. Cerca de 6 milhões de dólares teriam sido pagos aos políticos em troca de um contrato dos navios sondas intermediado por Baiano. Os parlamentares negam as acusações. •